



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1º TRIMESTRE 2015**

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à sociedade paranaense a prestação de contas referente ao 1º trimestre de 2015 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme previsto no parágrafo 4º do art. 75 da Constituição Estadual do Paraná e no inciso XXVII do art. 2º da Lei Orgânica, o qual retrata os principais resultados e encaminhamentos do período.

No início de janeiro, fui empossado como novo presidente desta Casa, tendo como vice-presidente, o Conselheiro Ivens Linhares, e como corregedor-geral, o Conselheiro Durval Amaral. Esta administração comandará o TCE no biênio 2015/2016.

Nos próximos dois anos, o foco do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) será a realização de auditorias operacionais nas principais áreas da gestão pública, como saneamento, transporte coletivo, ocupação do solo, malha viária e meio ambiente, seguindo os critérios da sustentabilidade. Além disso, pretende-se fazer a reformulação do sistema de prestação de contas municipais, revendo procedimentos, eliminando exigências burocráticas e facilitando a apresentação de documentos. O TCE adotará um quadro de indicadores que permitam avaliar a evolução da gestão de cada administração municipal ou estadual fiscalizada. Desta forma será possível mensurar o desempenho dos gestores utilizando-se o conceito de "benefício líquido" das ações administrativas para o conjunto da sociedade. Anuncio também a adoção de medidas para consolidar o TCE-PR como fonte de informações úteis para a população, através do esforço para reduzir o estoque de processos e julgar com mais rapidez as denúncias sobre mau uso de dinheiro público que chegam à Ouvidoria do Tribunal, contribuindo para o combate à corrupção e ao desperdício de dinheiro.

Segue a apresentação dos principais resultados decorrentes da ação de controle no período, que detalha e materializa em números a atividade institucional, em especial quanto ao volume de processos autuados, às atividades de fiscalização, à produtividade das unidades técnicas, à quantidade de servidores e jurisdicionados capacitados pela Escola de Gestão, entre outros. Além dos números demonstrados, são abordados outros importantes fatos e resultados do trimestre, que elucidam, de forma objetiva e sintética, a amplitude do trabalho realizado por essa Corte de Contas.

Curitiba, maio de 2015.

Ivan Lelis Bonilha

Conselheiro Presidente do TCE-PR

Composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**Composição do Tribunal Pleno (Biênio 2015/2016)**

- IVAN LELIS BONILHA – Conselheiro Presidente
- IVENS ZSCHOERPER LINHARES – Conselheiro Vice-Presidente
- DURVAL AMARAL – Conselheiro Corregedor-Geral
- NESTOR BAPTISTA – Conselheiro
- ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO – Conselheiro
- FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES – Conselheiro
- FÁBIO DE SOUZA CAMARGO (afastado) – Conselheiro
- SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA – Auditor
- THIAGO BARBOSA CORDEIRO – Auditor
- CLAUDIO AUGUSTO CANHA – Auditor

Composição das Câmaras**Primeira Câmara**

- IVENS ZSCHOERPER LINHARES – Conselheiro Presidente do Colegiado
- ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO – Conselheiro
- DURVAL AMARAL – Conselheiro
- SÉRGIO RICARDO VALADARES FONSECA – Auditor

Segunda Câmara

- NESTOR BAPTISTA – Conselheiro Presidente do Colegiado
- FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES – Conselheiro
- FÁBIO DE SOUZA CAMARGO (afastado) – Conselheiro
- THIAGO BARBOSA CORDEIRO – Auditor
- CLAUDIO AUGUSTO CANHA – Auditor

Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

- MICHAEL RICHARD REINER – Procurador-Geral
- PROCURADORA ANGELA CASSIA COSTALDELLO
- PROCURADORA CÉLIA ROSANA MORO KANSOU
- PROCURADORA ELIZA ANA ZENEDIN KONDO LANGNER
- PROCURADOR FLÁVIO DE AZAMBUJA BERTI
- PROCURADOR GABRIEL GUY LÉGER
- PROCURADORA JULIANA STERNADT REINER
- PROCURADORA KATIA REGINA PUCHASKI
- PROCURADOR ELIZEU DE MORAES CORRÊA
- PROCURADORA VALERIA BORBA

Elaboração

Diretoria de Planejamento - DIPLAN

Revisão

Diretoria Geral - DG

Diagramação

Núcleo de Imagem

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1.1 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	9
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO	11
2.1 TCE EM NÚMEROS	11
2.2 DESTAQUES DO PERÍODO	12
2.3 BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE	13
3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO	16
3.1 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS	17
3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL.....	19
3.3 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL.....	20
3.4 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	21
3.5 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO	21
3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS.....	22
3.7 DECISÕES PUBLICADAS	22
3.8 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS	25
3.9 ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	25
3.10 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR	27
3.11 ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO.....	28
4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	29
4.1 GESTÃO DE PROJETOS.....	29
4.2 ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO.....	31
4.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	32
4.4 GESTÃO DE PESSOAS.....	34
5. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO.....	35
5.1 COMUNICAÇÃO	35
5.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS /CONVÊNIOS E CONGÊNERES	36
5.3 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	37
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	38
6.1 ORGANOGRAMA DO TCE-PR.....	38
6.2. FONTES DE INFORMAÇÕES	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEP	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
AOPs	Auditorias Operacionais
ATRICON	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
AUDICON	Associação Nacional dos Auditores (Ministros e Conselheiros Substitutos) dos Tribunais de Contas
BI	<i>Business Intelligence</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPM	<i>Business Process Management</i> (Gerenciamento de Processos de Negócio)
BPMN	<i>Business Process Modeling Notation</i> (Notação de Modelagem de Processos de Negócio)
CACO	Canal de Comunicação
CAP/SA	Clube Atlético Paranaense – Sociedade Anônima
CG	Coordenadoria Geral
CGU	Controladoria Geral da União
CI	Controladoria Interna
COBIT	<i>Control Objectives for Information and Related Technology</i> é um guia de boas práticas
CONAMP	Associação Nacional dos Membros do Ministério Público
CRC-PR	Conselho Regional de Contabilidade - subseção Paraná
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - subseção Paraná
DAMP	Diretoria de Administração do Material e Patrimônio
DAT	Diretoria de Análise de Transferências
DAUD	Diretoria de Auditorias
DCE	Diretoria de Contas Estaduais
DCM	Diretoria de Contas Municipais
DCS	Diretoria de Comunicação Social
DDM	Decisão Definitiva Monocrática
DEX	Diretoria de Execuções
DF	Diretoria Financeira
DG	Diretoria Geral
DGP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIFOP	Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas
DIJUR	Diretoria Jurídica
DIPLAN	Diretoria de Planejamento do TCE-PR
DJB	Diretoria de Jurisprudência e Biblioteca
DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DMAA	Diretoria de Manutenção e Apoio Administrativo
DP	Diretoria de Protocolo
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EaD	Ensino a Distância
EGP	Escola de Gestão Pública do TCE-PR
GARTNER	Empresa de consultoria fundada em 1979 por Gideon Gartner
ICE	Inspetoria de Controle Externo
IML	Instituto Médico Legal
IN	Instrução Normativa
INFOCONTAS	Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo
IRB	Instituto Rui Barbosa
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i> - conjunto de boas práticas pra serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de TI
MPjTC	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
OAB-PR	Ordem dos Advogados do Brasil – subseção Paraná
PAF	Programa Anual de Fiscalização
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
PROMOEX	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros
RI	Regimento Interno
SEI	Sistema Estadual de Informações
SIAP	Sistema Integrado de Atos de Pessoal
SICAD	Sistema de Cadastro de Pessoas
SIM	Sistema de Informações Municipais
SIM-AM	Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal
SIOPS	Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SIT	Sistema Integrado de Transferências
TC	Tribunal de Contas
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFPR	Universidade Federal do Paraná

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Trabalhos e resultados.....	12
Tabela 2 – Ações do Tribunal em destaque.....	12
Tabela 3 – Principais ações de controle	13
Tabela 4– Condenações e aplicações de multas	14
Tabela 5 – Irregularidades registradas	15
Tabela 6 – Distribuição de processos autuados.	19
Tabela 7– Auditorias operacionais	22
Tabela 8 – Decisões publicadas	23
Tabela 9 – Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Pleno.....	29
Tabela 10- Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 31/03/2015.....	30
Tabela 11– Quadro resumo – atividades de capacitação.....	31
Tabela 12 - EaD (ensino a distância).....	32
Tabela 13 - Orçamento atualizado X empenhado X liquidado.	32
Tabela 14– Quadro dos servidores e movimentações.	35
Tabela 15– Produção de conteúdo – Diretoria de Comunicação Social.....	35
Tabela 16– Parcerias convalidadas.....	36
Tabela 17– Representação Institucional.	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Percentual Aplicado por tipo de sanção	14
Gráfico 2– Percentual recolhido por tipo de sanção	15
Gráfico 3– Irregularidades Registradas	16
Gráfico 4– Processos autuados e distribuídos.....	17
Gráfico 5- Autuação de processos por assunto.	17
Gráfico 6– Autuação de processos por assunto. Os números estão arredondados.....	18
Gráfico 7 – Autuação de processos por grupo de assunto. Os números estão arredondados.	18
Gráfico 8– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de âmbito estadual.....	20
Gráfico 9– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de âmbito municipal.....	20
Gráfico 10– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de transferências voluntárias.	21
Gráfico 11– Quantidade total de atos publicados em processos de atos de pessoal.	21
Gráfico 12– Decisões publicadas.	23
Gráfico 13– Decisões publicadas pelos Conselheiros.....	24
Gráfico 14– Decisões publicadas pelos Auditores.	24
Gráfico 15– Total de decisões publicadas nos 15 principais assuntos.	25
Gráfico 16– Distribuição do orçamento empenhado	33
Gráfico 17– Distribuição do orçamento liquidado.	33
Gráfico 18- Execução Orçamentária.....	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio Sede do TCE-PR	9
Figura 2 – Mapa histórico do Estado do Paraná.....	19
Figura 3– Tribunal Pleno do TCE-PR.	28
Figura 4 - Auditório do TCE-PR.	31
Figura 5 – Organograma do TCE-PR.....	38

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



Figura 1 - Prédio Sede do TCE-PR

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), criado em 02 de junho de 1947, é o órgão constitucional de controle externo do Paraná, de seus municípios e das respectivas entidades públicas, com jurisdição em todo o território estadual.

Com foco no controle da utilização da coisa pública, atua pautado pelos princípios da ética e da justiça, buscando não apenas a vigilância na atuação dos jurisdicionados, mas a orientação na aplicação eficiente, eficaz e econômica de todos os recursos públicos.

A Casa de Contas paranaense é integrada por sete Conselheiros, quatro deles escolhidos pela Assembleia Legislativa. Os outros três são escolhidos pelo Governador do Estado, com aprovação da Casa de Leis estadual, sendo um de livre escolha, e dois, alternadamente, entre Auditores e membros

do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Plenário, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, na forma estabelecida no art. 127 da Lei Orgânica do TCE-PR.

➤ **Jurisdição**

Desde a promulgação da Constituição do Estado do Paraná, em 1989, a regulamentação do Tribunal de Contas encontra assento nos artigos 74 a 78 da referida Carta Magna, tendo sua organização, competência, jurisdição e forma de atuações reguladas pela Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, Lei Orgânica do TCE-PR.

De acordo com a diretriz constitucional, a competência do Tribunal abrange a fiscalização da aplicação de quaisquer recursos públicos, tanto diretamente pelos entes políticos (Estado do Paraná e seus 399 Municípios) e pelos respectivos órgãos e empresas, quanto daqueles repassados a entidades privadas por meio das diversas modalidades de transferências previstas em lei.

Destarte, são jurisdicionadas do Tribunal de Contas todas as entidades públicas, pessoas jurídicas e físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Poder Público responda ou que, em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Por intermédio de sua atuação, esta Casa de Contas tanto objetiva orientar seus jurisdicionados acerca da legalidade, legitimidade e economicidade, na busca do melhor desempenho e transparência, quanto busca coibir e punir aquelas atuações que desrespeitem essas diretrizes.

A atividade por excelência do Tribunal é o exercício do controle técnico da legalidade dos atos da Administração Pública, em especial do ponto de vista contábil e financeiro, com vistas a identificar a regularidade e a probidade no emprego de dinheiro, bens e valores públicos.

Sendo assim, o TCE-PR assume um papel fundamental, pois está presente para atender o anseio da sociedade de que as receitas públicas (como as receitas tributárias, multas, transferências, operações de crédito e outras receitas) sejam bem aplicadas e retornem em forma de políticas e serviços públicos de qualidade, contribuindo para o melhor desempenho e transparência da Administração Pública.

➤ **Competências**

As competências do Tribunal de Contas estão elencadas na Constituição Estadual (artigos 74 a 78) e na Lei Complementar 113/2005.

2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

2.1 TCE EM NÚMEROS

A seguir, consta a tabela com os dados quantitativos referentes ao período destacado:

TCE EM NÚMEROS	1º trimestre 2015
Quantidade de processos autuados (todos os assuntos)	5.638
Prestações de contas estaduais analisadas (quantidade de instruções publicadas)	14
Prestações de contas municipais analisadas (quantidade de instruções publicadas)	912
Prestações de contas de transferências voluntárias analisadas (quantidade de instruções publicadas)	876
Atos de Pessoal apreciados (quantidade de pareceres publicados)	6.101
Decisões publicadas (acórdão, acórdão de parecer prévio e decisão definitiva monocrática)	2.611
Emissão de certidões liberatórias	6.030
ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO	
Capacitações para jurisdicionados: n.º de participantes em cursos presenciais	1.536
Capacitações para servidores: n.º de participantes em cursos presenciais internos e externos	151
COMUNICAÇÃO	
Releases produzidos para imprensa	151
Produção do boletim eletrônico- TECER	05
Postagens em redes sociais	232
Minuto TCE (boletim eletrônico constituído por reportagens em vídeo de, no máximo, um minuto e meio de duração)	03
GESTÃO DE PESSOAS	
Quadro total de servidores efetivos ativos (nível fundamental, médio e superior)	617
Quantidade de cargos em comissão ocupados*	116
Aposentadorias de servidores do TCE-PR no período	01

Nomeações de cargos efetivos (concurso público) do TCE-PR	15
SANÇÕES E IRREGULARIDADES REGISTRADAS	
Sanções pecuniárias: valor aplicado (quanto o TCE determinou devolver), incluindo multas e restituição de valores	R\$ 10.714.844,48
Sanções pecuniárias: valor recolhido ao Estado e aos Municípios (o que foi efetivamente cumprido), incluindo multas e restituição de valores.	R\$ 1.917.754,59
Irregularidades registradas, tais como: danos ao erário, desfalque ou desvio de dinheiro, desvio de finalidade, infração à norma legal ou regulamentar ou, ainda, omissão no dever de prestar contas	70
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	
Dotação orçamentária para o ano	R\$ 390.134.700,00
Despesas empenhadas no período	R\$ 72.838.859,61
Despesas liquidadas no período	R\$ 64.291.223,65

Tabela 1– Trabalhos e resultados

* Alguns cargos em comissão são ocupados por servidores efetivos.

2.2 DESTAQUES DO PERÍODO

Neste item, constam as principais manchetes das matérias veiculadas no portal do TCE-PR, em ordem cronológica, no trimestre.

AÇÕES DO TRIBUNAL EM DESTAQUE – 1º TRIMESTRE DE 2015

[Municípios do Paraná devem melhorar atendimento à LAI, aponta auditoria \(07/01\)](#)

[Publicada distribuição de órgãos que serão fiscalizados por Inspeção do Tribunal \(02/02\)](#)

[Obras da Copa atrasaram e tiveram custo elevado, aponta relatório do TCE-PR \(09/02\)](#)

[TCE instaura levantamento sobre gastos dos municípios com terceirizações \(20/02\)](#)

[Relatório sobre tarifa de ônibus será ampliado, anuncia TCE \(26/02\)](#)

[Multas do TCE-PR por atos cometidos a partir de 2014 têm valor atualizado \(11/03\)](#)

[TCE disponibiliza na internet a emissão de Certidão de Pendências \(11/03\)](#)

[Em 2015, TCE promove 317 ações de fiscalização em todo o Paraná \(18/03\)](#)

[Desligamento de computadores gera economia de R\\$ 50 mil por ano no TCE \(20/03\)](#)

[Novo Relatório do TCE aponta falhas na liberação de recursos para a “Arena” \(11/03\)](#)

Tabela 2 – Ações do Tribunal em destaque

2.3 BENEFÍCIOS DAS AÇÕES DE CONTROLE

Os resultados positivos das ações de controle são, em grande parte, imensuráveis em termos financeiros. Advêm da própria expectativa do controle (da ação educativa e pedagógica), da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Para fins de elaboração deste Relatório, consideramos benefício como sendo débito, multa, economia (benefícios financeiros), ganho ou melhoria decorrente da atuação do Tribunal, igualmente como a expectativa de controle gerada pelas ações desta Casa de Contas (benefício não financeiro ou qualitativo).

Adiante, em ordem cronológica, estão sintetizadas e quantificadas algumas dessas deliberações noticiadas no portal do TCE-PR.

PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE – 1º TRIMESTRE DE 2015

[Desaprovadas contas do Consórcio Para Conservação do Rio Paraná de 2003 \(13/01\)](#)

[Controle social resulta em alteração de leis municipais de Quatro Pontes \(14/01\)](#)

[Cautelar suspende licitação da Agepar para a contratação de serviço \(22/01\)](#)

[TCE impõe 250 multas a ex-gestores de Guaraqueçaba por falhas em licitações \(22/01\)](#)

[Presidente da Imprensa Oficial do Estado recebe multa por falha no controle interno \(10/02\)](#)

[Ex-governadores devem restituir R\\$ 1,4 milhão por falta de seguro em porto seco \(11/02\)](#)

[Desaprovadas contas de convênio de 2008 entre o Município de Uraí e a APMI local \(20/02\)](#)

[Ex-presidente do IAP é punido por irregularidades em compensação de multas \(24/02\)](#)

[Seis ex-vereadores de Nova Olímpia devem restituir R\\$ 2 mil cada \(02/03\)](#)

[Ex-prefeito de Morretes recebe 2 multas e tem contas de 2012 desaprovadas \(03/03\)](#)

[Iporã deve ter devolução de R\\$ 1,2 milhão de convênio com Oscip \(13/03\)](#)

[Publicidade em período eleitoral gera irregularidade nas contas de Pato Branco \(16/03\)](#)

[TCE comprova defasagem e recomenda reposição de servidores na Unioeste \(20/03\)](#)

[Ex-secretário do Turismo do Paraná é multado por falha em convênio \(20/03\)](#)

[Prefeito e servidores de Cascavel são multados por irregularidade em licitação \(24/03\)](#)

Tabela 3 – Principais ações de controle

Adicionalmente às manchetes acima destacadas, constam no quadro abaixo as condenações em débito e a aplicação de multas, no qual são considerados os valores das sanções pecuniárias aplicadas pelo TCE no período:

CONDENAÇÕES E APLICAÇÕES DE MULTAS – 1º trimestre 2015				
SANÇÕES POR ERÁRIO	ERÁRIO	QTDE.	VALOR APLICADO (R\$)	VALOR RECOLHIDO (R\$)
Multa Administrativa	Estadual	351	359.666,75	267.346,06
Multa por Infração Fiscal	Estadual	02	29.316,68	341,75
Multa Proporcional ao Dano	Estadual	94	619.000,09	16.409,12
Restituição de Valores	Estadual	03	76.440,96	1.131.397,34
Restituição de Valores	Municipal	73	9.630.420,00	502.260,32
TOTAL		523	10.714.844,48	1.917.754,59

Tabela 4– Condenações e aplicações de multas

Os dois gráficos a seguir apresentam a relação percentual entre multas e restituição de valores, diferenciando entre os valores aplicados (quanto o TCE mandou devolver) e os valores recolhidos (quanto efetivamente foi devolvido).

Percentual Aplicado por Tipo de Sanção

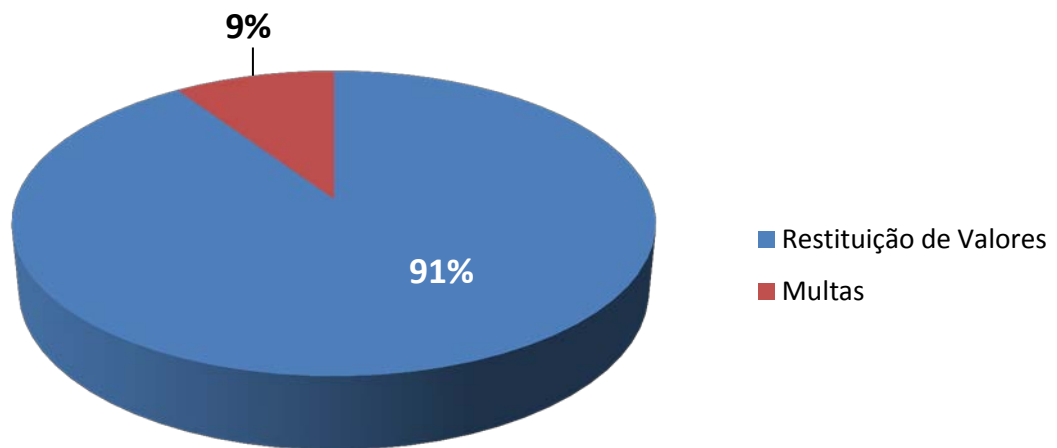


Gráfico 1– Percentual Aplicado por tipo de sanção

Percentual Recolhido por Tipo de Sanção

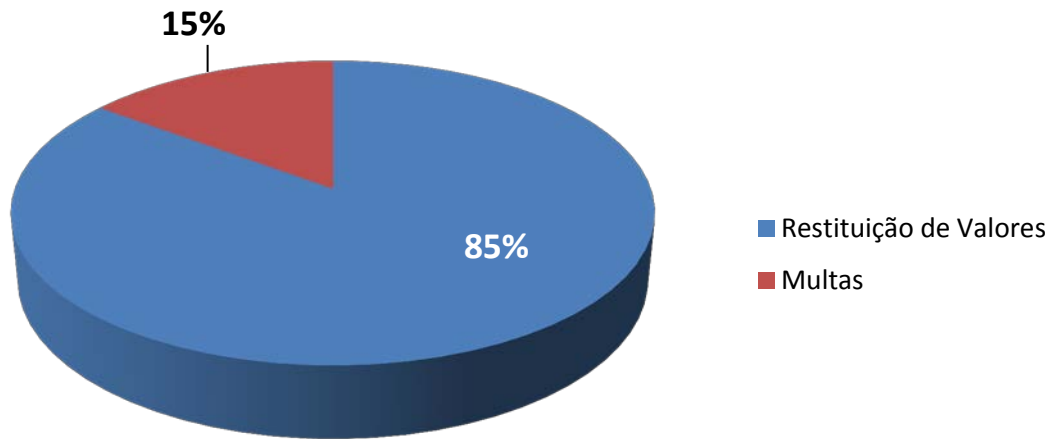


Gráfico 2– Percentual recolhido por tipo de sanção

A seguir, consta a tabela com as quantidades de registros por irregularidades, constatadas no trimestre. Na sequência, o gráfico ilustra as informações em termos percentuais.

IRREGULARIDADES REGISTRADAS – 1º TRIMESTRE DE 2015	
Dano ao erário – decorrente de ato de gestão	1
Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores	1
Desvio de finalidade	1
Infração à norma legal ou regulamentar	61
Omissão no dever de prestar contas	6
TOTAL	70

Tabela 5 – Irregularidades registradas

Percentual Recolhido por Tipo de Sanção

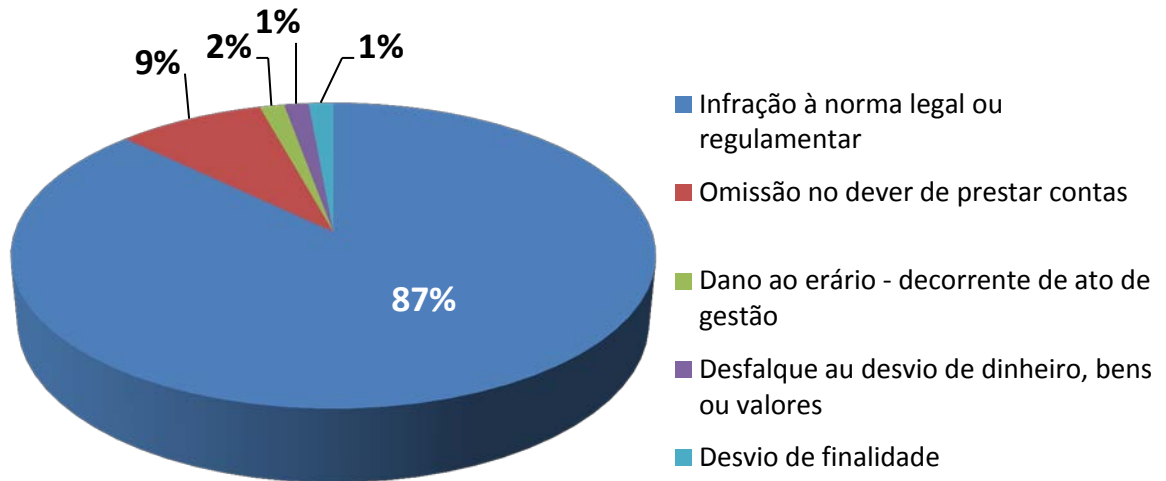


Gráfico 3– Irregularidades Registradas

3. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO



O controle externo é exercido pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), conforme preceitua o art. 74 da Constituição Estadual. Dentre as competências estabelecidas, incumbe ao TCE auxiliá-la na fiscalização da Administração Pública por meio de inspeções e auditorias, acompanhando a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de metas das unidades administrativas dos Poderes Públicos e, ainda, dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Desta forma, a ação do Tribunal contribui para a transparência e a melhoria do desempenho da Administração Pública, fiscalizando, também, obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, do mesmo modo que outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros.

Tal acompanhamento visa à verificação dos atos quanto à legitimidade e à economicidade, assim como quanto aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e impessoalidade.

3.1 PROCESSOS AUTUADOS E DISTRIBUÍDOS

No trimestre, a quantidade de processos autuados foi de **5.638**, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

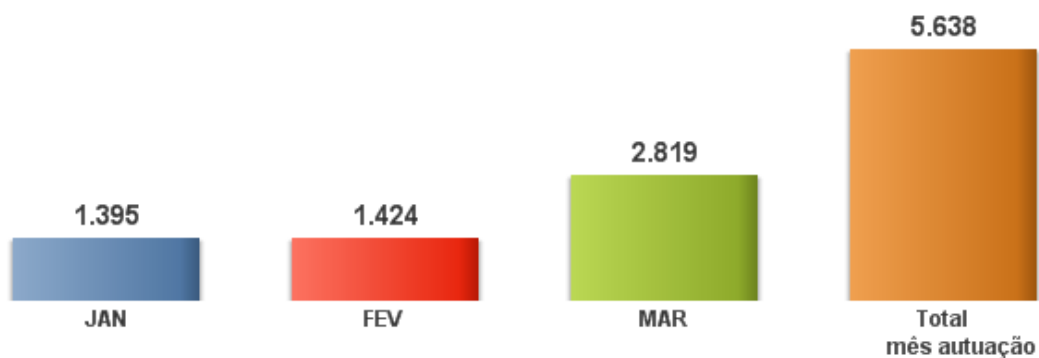


Gráfico 4– Processos autuados e distribuídos

No gráfico a seguir, consta a autuação categorizada com os 20 principais assuntos no período:

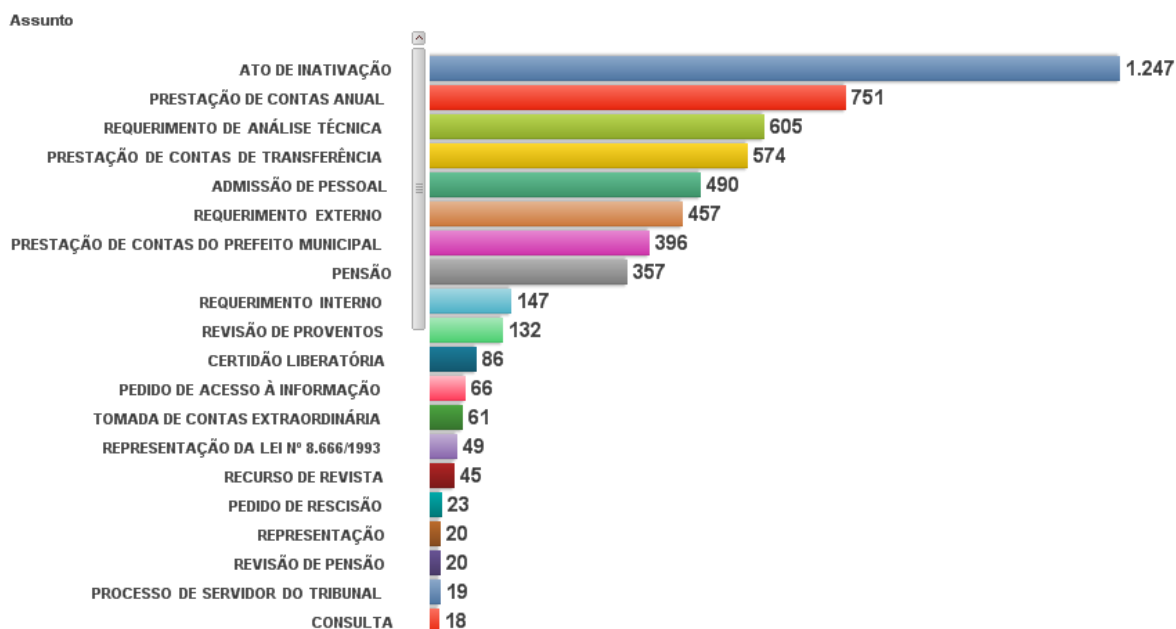


Gráfico 5- Autuação de processos por assunto.

Abaixo, consta o gráfico, com a quantidade relativa dos sete principais assuntos que foram autuados no trimestre, os quais representam **86%** de toda demanda:

Autuação por Assunto

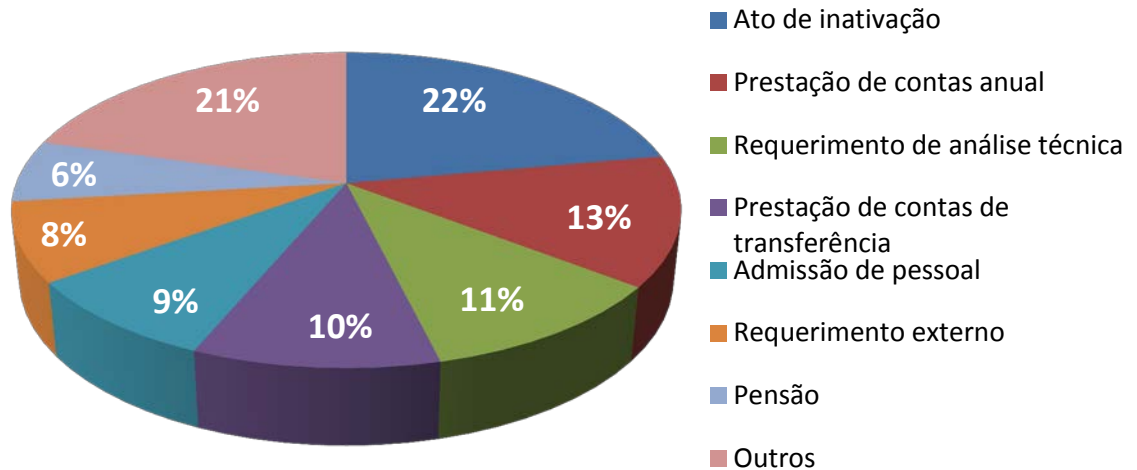


Gráfico 6– Autuação de processos por assunto. Os números estão arredondados.

No gráfico abaixo, as autuações foram agrupados entre os três principais grupos de assuntos abordados pelo TCE: Atos de Pessoal, Prestação de Contas de Transferências e Prestação de Contas Anual.

Autuação por Grupo de Assunto

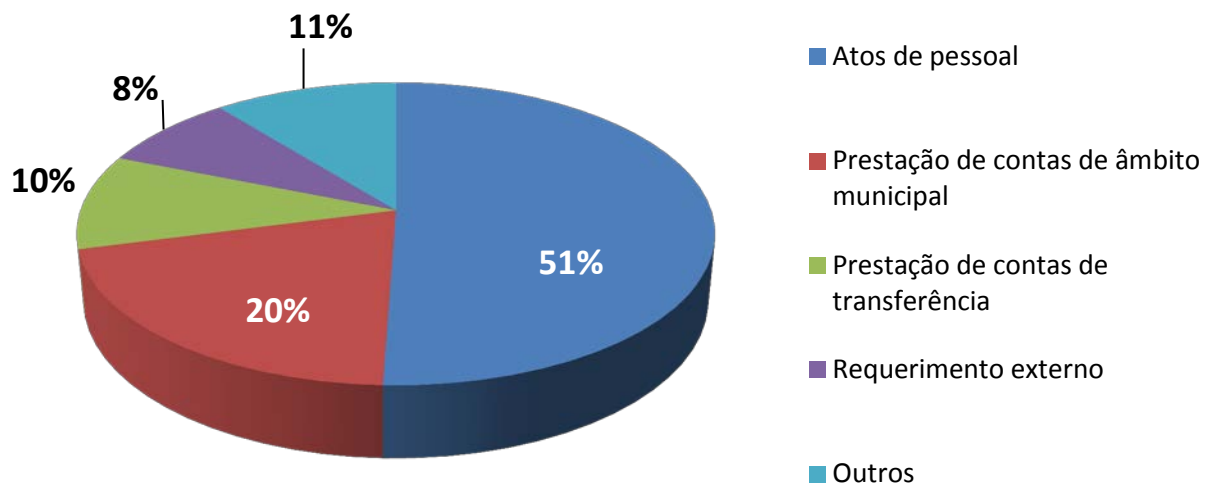


Gráfico 7 – Autuação de processos por grupo de assunto. Os números estão arredondados.

Cabe lembrar que, a partir de 09 de março de 2015, os processos de Ato de Inativação começaram a ser autuados com o assunto "**Requerimento de Análise Técnica**" e com o subassunto

"Ato de Inativação", sendo assim, consideramos, no gráfico acima os Requerimentos de Análise Técnica dentro do grupo **Atos de Pessoal**.

Os processos autuados no período foram distribuídos da seguinte forma:

DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS AUTUADOS – {Nº DO TRIMESTRE}º trimestre {ANO}	
Relator	Resumo da Distribuição de Processos por Relator
CONSELHEIRO	
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO	1.609
FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	383
IVAN LELIS BONILHA	82
IVENS ZSCHOERPER LINHARES	1.021
JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL	2.061
NESTOR BAPTISTA	810
AUDITOR	
CLAUDIO AUGUSTO CANHA	419
SERGIO RICARDO VALADRES FONSECA	419
THIAGO BARBOSA CORDEIRO	414
TOTAL	7.218

Tabela 6 – Distribuição de processos autuados.

3.2 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO ESTADUAL

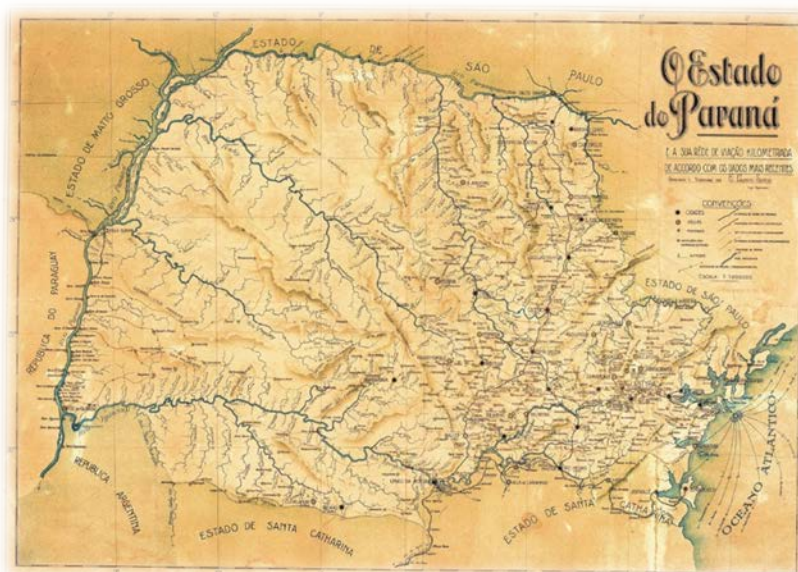


Figura 2 – Mapa histórico do Estado do Paraná.

O gráfico apresenta a quantidade total de atos publicados em prestações de contas de âmbito estadual.

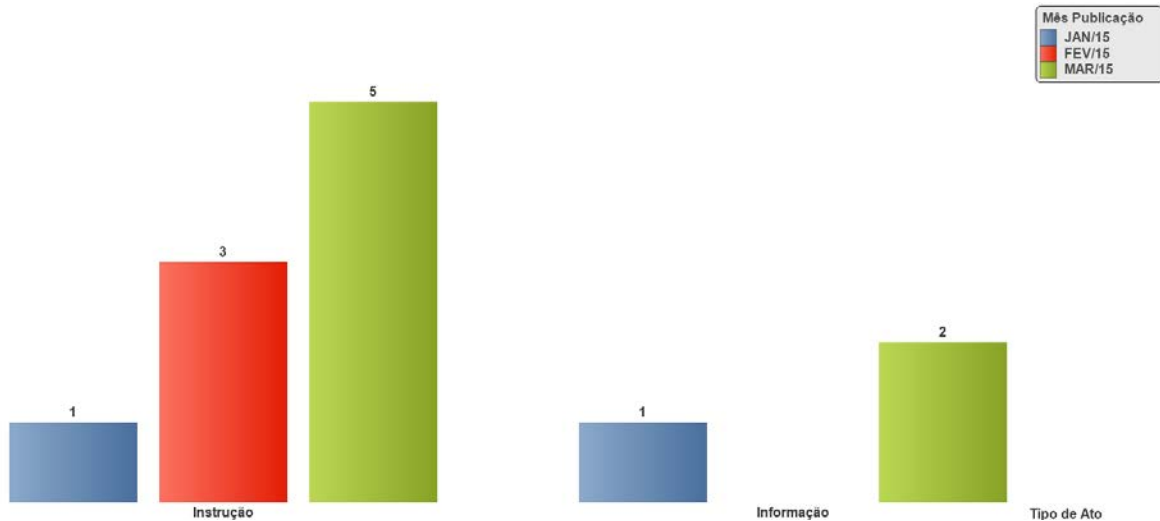


Gráfico 8– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de âmbito estadual.

3.3 CONTROLE DAS CONTAS DE ÂMBITO MUNICIPAL

No que tange à produção de atos em prestações de contas de âmbito estadual, o gráfico abaixo ilustra as quantidades por tipo de ato.

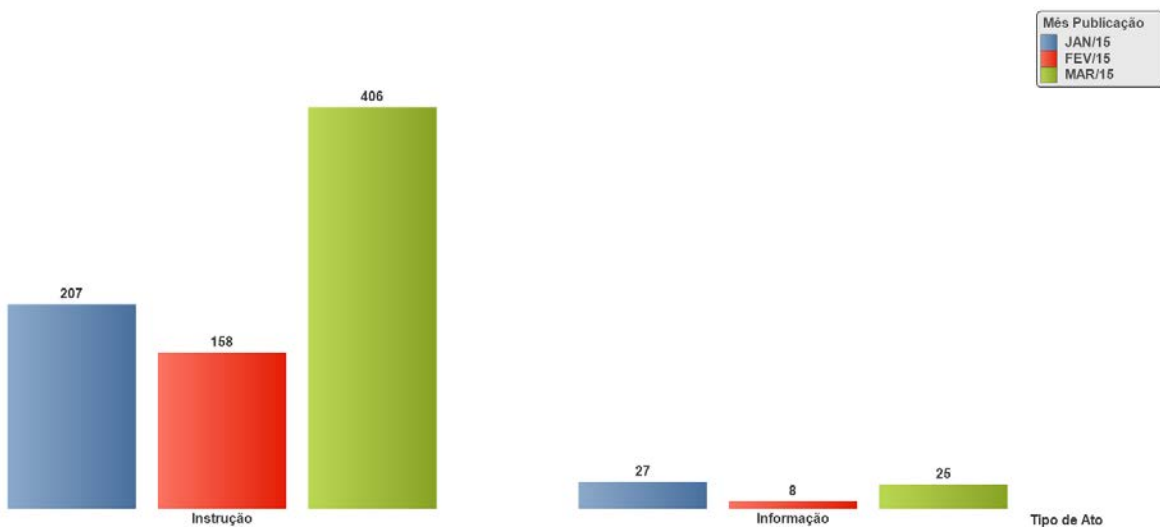


Gráfico 9– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de âmbito municipal.

3.4 CONTROLES DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Em relação às prestações de contas de transferências voluntárias, o gráfico abaixo representa as quantidades por tipo de ato.

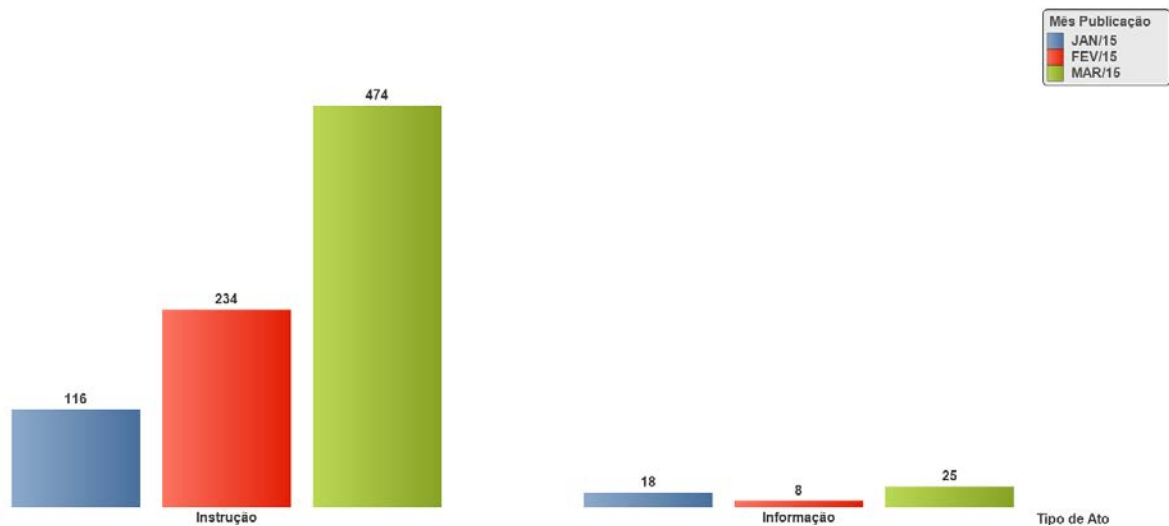


Gráfico 10– Quantidade total de atos publicados em prestações de contas de transferências voluntárias.

3.5 APRECIÇÃO DOS ATOS DE PESSOAL PARA FINS DE REGISTRO

No trimestre, a apreciação de atos de pessoal para fins de registro foi apresentada do seguinte modo:

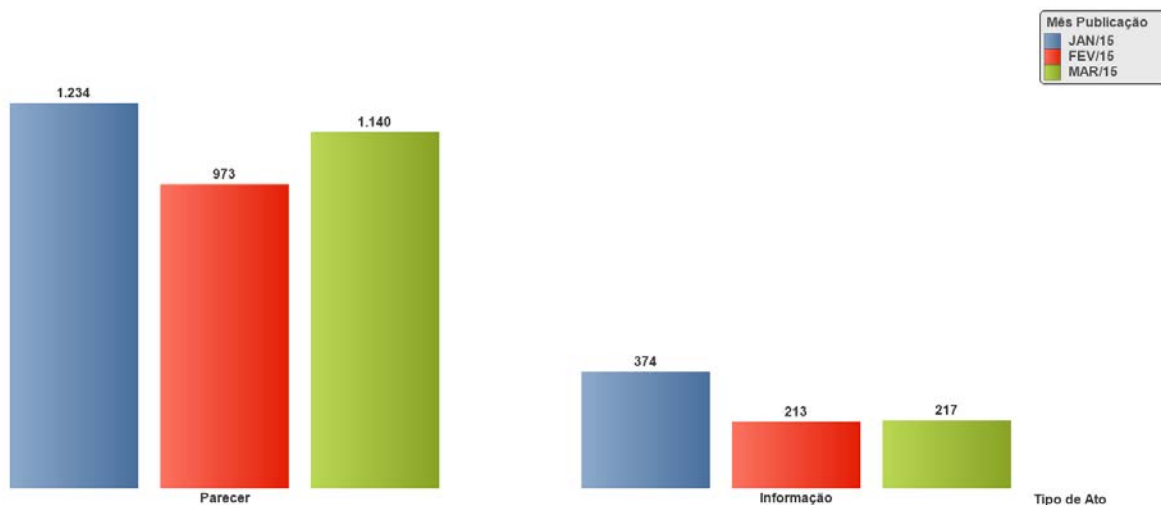


Gráfico 11– Quantidade total de atos publicados em processos de atos de pessoal.

3.6 AUDITORIAS OPERACIONAIS

As Auditorias Operacionais (AOPs) são modalidades de auditoria, de grande variedade e complexidade, cuja escolha de temas considera critérios como vulnerabilidade, materialidade, risco e relevância. Em função disso, necessitam de conhecimentos especializados e enquadram-se nas avaliações de programas governamentais, de ações voltadas à tecnologia de informação e de ações ligadas ao meio ambiente.

A seguir, consta a situação das auditorias operacionais no período:

AUDITORIAS OPERACIONAIS			
N.º	AUDITORIA	FORMALIZAÇÃO	FASE
1	AOP Diagnóstico do Sistema de Abastecimento de Água no Paraná	Publicada Portaria nº257/15	Auditoria em andamento
2	AOP Principais Problemas que Afetam a Qualidade da Saúde - Atenção Básica no Brasil e suas Possíveis Causas	Processo nº 197190/15	Processo em andamento

Tabela 7– Auditorias operacionais

3.7 DECISÕES PUBLICADAS

Os processos apreciados, que representaram a produção processual do Tribunal são os Processos com Decisões Definitivas Monocráticas, os Acórdãos e os Acórdãos de Parecer Prévio.

No que se refere às Decisões Definitivas Monocráticas, estas poderão ser proferidas pelo relator com vistas a decidir o mérito com a instrução do processo nos seguintes casos:

- Em transferências voluntárias, em atos de pessoal e em pedidos de certidão liberatória quando a instrução técnica e o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas forem pela regularidade das contas;
- Em alertas, conforme previsto no § 1º, do art. 286 do Regimento Interno do TCE.

Em relação ao Parecer Prévio, este será aprovado pelo órgão colegiado competente mediante Acórdão de Parecer Prévio, pelo qual o Tribunal manifesta sua apreciação acerca das contas de governo prestadas pelos chefes dos Poderes Executivos municipais e estadual, que serão encaminhadas, após o trânsito em julgado, ao respectivo Poder Legislativo competente para o julgamento.

No gráfico a seguir, consta a produção de decisões do Tribunal, considerando Decisões Definitivas Monocráticas (DDM), Acórdãos (ACO) e Acórdão de Parecer Prévio (PPR):

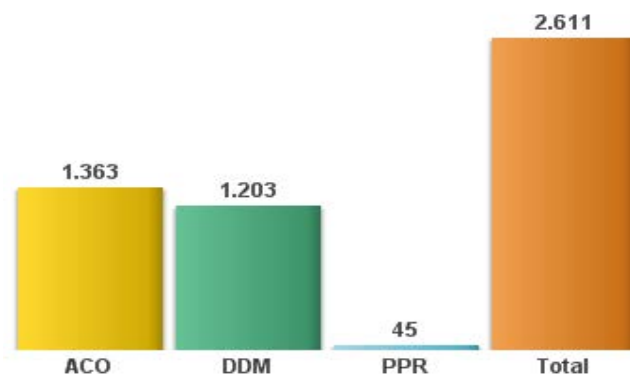


Gráfico 12– Decisões publicadas.

A seguir, consta a produção de decisões categorizadas por relator no período:

DECISÕES PUBLICADAS - CATEGORIZADAS POR RELATOR				
RELATOR	Processos com decisão			TOTAL de decisões por relator
CONSELHEIRO	ACO	DDM	PPR	1º TRIMESTRE 2015
Artagão de Mattos Leão	123	81	3	207
José Durval Mattos do Amaral	170	143	5	318
Fábio de Souza Camargo ¹	-	5	-	5
Fernando Augusto Mello Guimarães	56	91	2	149
Ivan Lelis Bonilha	39	26	1	66
Ivens Zschoerper Linhares	164	262	8	434
Nestor Batista	224	190	12	426
AUDITOR				
Cláudio Augusto Canha	491	-	1	492
Sérgio Ricardo Valadares Fonseca	43	278	2	323
Thiago Barbosa Cordeiro	53	127	11	191
TOTAL	1.363	1.203	45	2.611

Tabela 8 – Decisões publicadas

¹ Afastado desde 27/06/2014.

Os dois gráficos abaixo ilustram as decisões publicadas no período, separadas entre Conselheiros e Auditores, respectivamente.

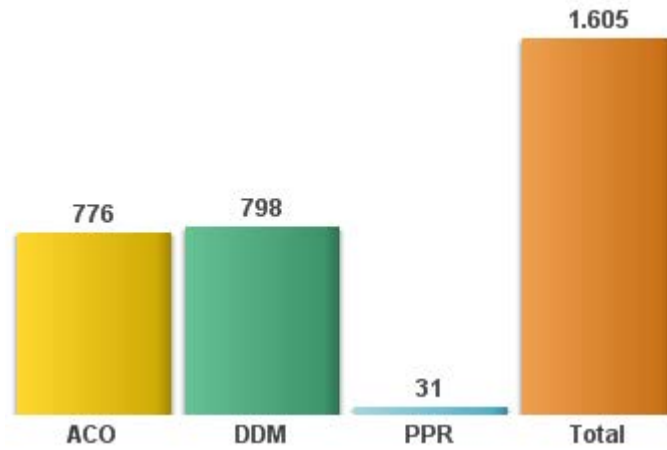


Gráfico 13– Decisões publicadas pelos Conselheiros.

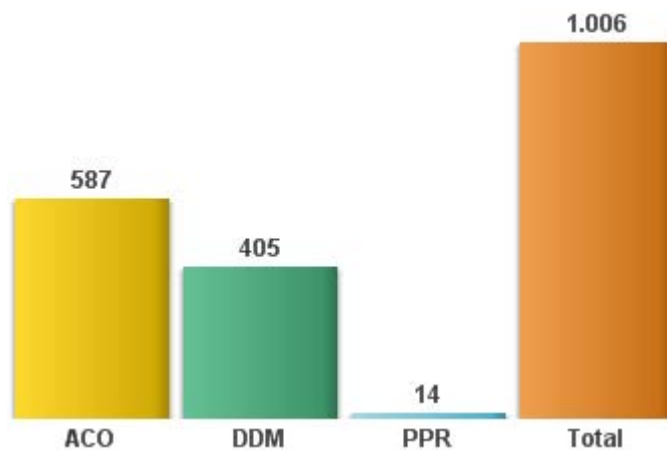


Gráfico 14– Decisões publicadas pelos Auditores.

O gráfico a seguir ilustra a quantidade total de decisões categorizada pelos 15 principais assuntos.



Gráfico 15– Total de decisões publicadas nos 15 principais assuntos.

3.8 EMISSÃO DE CERTIDÕES LIBERATÓRIAS

A emissão de certidões liberatórias, para fins de habilitação ao recebimento de transferências e realização de operações de crédito de qualquer natureza, pelo Poder Executivo Municipal e Estadual, está condicionada ao preenchimento dos requisitos legais contidos nos artigos 289 a 297 do Regimento Interno e em demais atos normativos do Tribunal.

No trimestre, foram emitidas **6.030** Certidões Liberatórias, segundo dados colhidos junto ao Sistema de Trâmite do TCE-PR.

3.9 ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Ao longo de 2015, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) vai executar 317 procedimentos de fiscalização. São auditorias, auditorias operacionais, inspeções, levantamentos, acompanhamentos e monitoramentos, realizados em órgãos da administração municipal e estadual e também em entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos, em todas as regiões do Estado.

A meta está consolidada no Plano Anual de Fiscalização (PAF) 2015, aprovado pelo Pleno do TCE-PR na sessão de 26 de fevereiro e publicado em 2 de março no *Diário Eletrônico* da corte.

O PAF é instrumento gerencial de planejamento anual das ações de fiscalização a serem realizadas no exercício e reúne as ações de fiscalização propostas pelas seis unidades técnicas e as seis Inspetorias de Controle Externo em atividade no Tribunal. Enquanto as unidades técnicas estão encarregadas de segmentos da administração como obras públicas, repasses por meio de convênios, contas municipais e atos de pessoal (admissões, aposentadorias e pensões), as Inspetorias de Controle Externo (ICEs) se incumbem de fiscalizar - in loco e permanentemente -, todas as entidades da administração estadual.

Conforme consta no Regimento Interno, art. 253 e seguintes, as ações de fiscalização compreendem:

- **Auditoria:** instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para o exame objetivo e sistemático das operações financeiras, administrativas e operacionais, efetuado concomitantemente ou posteriormente à sua execução com a finalidade de verificar, avaliar e elaborar um relatório que contenha comentários, conclusões, recomendações e a correspondente opinião;
- **Inspecção:** instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para suprir omissões, lacunas de informações, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de fatos específicos praticados pela administração, por qualquer responsável sujeito à sua jurisdição, bem como para a apuração de denúncias ou representações;
- **Levantamento:** instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes do Estado e dos Municípios, incluindo fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais; identificar objetos e procedimentos de fiscalização; para avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações;
- **Acompanhamento:** instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para examinar, ao longo de um período predeterminado, a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial; avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados;
- **Monitoramento:** instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Responsável pela fiscalização da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior no quadriênio 2015-2018, a 6ª ICE, fará, durante o ano de 2015, 65 inspeções nas sete universidades estaduais paranaenses. Em outra frente, a Diretoria de Análise de Transferências (DAT) promoverá 20 auditorias em entidades privadas que receberem grandes volumes de repasses de prefeituras ou do governo estadual. Dos 13 procedimentos agendados pela Diretoria de Contas Municipais (DCM), três são inspeções em câmaras de vereadores, originadas de demandas

encaminhadas por cidadãos à Ouvidoria do TCE-PR, confirmando a importância do controle social como instância auxiliar no trabalho do Tribunal de Contas.

✓ **COMISSÃO COPA 2014**

A Comissão de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização da Copa do Mundo - 2014 foi instituída com a finalidade de compor o grupo de trabalho responsável pela execução de ações visando à implementação do Protocolo de Intenções firmado entre o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e diversos órgãos e entidades públicas para articulação de apoio e ações de fiscalização dos recursos públicos aplicados para a realização das obras da Copa do Mundo de Futebol de 2014, firmado em 25/08/2009.

No 1º trimestre de 2015 foram realizadas atividades de acompanhamento e verificação dos atos e procedimentos nas unidades da administração municipal e estadual envolvidas na execução de obras de mobilidade urbana, objetivando a atualização da situação das obras, com emissão do Relatório nº 14.

Quanto à fiscalização da obra de Reforma e Ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães as ações desenvolvidas resultaram na emissão do Relatório nº 13, com ênfase nas fontes de recursos utilizadas para viabilizar a adaptação do Estádio às exigências da FIFA e seus respectivos instrumentos, bem como, à compatibilidade entre os serviços planejados e sua efetiva execução.

✓ **AUDITORIA EM OBRAS PARALISADAS**

As auditorias realizadas em 2013, contempladas no Plano Anual de Fiscalização, ocorreram em municípios em que foi identificada obra paralisada a partir da análise dos dados do SIM-AM - Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal. O objetivo destas fiscalizações é verificar os procedimentos e processos desenvolvidos pela entidade para execução de obras e serviços de engenharia, averiguando os motivos que levaram à paralisação de obra, além de orientar os municípios na resolução dos problemas detectados. Em 2013, foram auditados 14 municípios com obras paralisadas.

No 1º trimestre de 2015, foram emitidos 2 (dois) Relatórios de Auditoria, referente aos municípios de Colombo (processo nº 76173-7/13) e Guairacá (processo nº 816000/13), finalizando, assim, as auditorias em obras paralisadas constantes do Plano de Anual de Fiscalização de 2013 e 2014 desta DIFOP.

3.10 ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE-PR

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado (MPJTC) tem como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

No primeiro trimestre de 2015, a produção de pareceres conclusivos, pelo MPJTC, totalizou **4.140** processos.

3.11 ATIVIDADES DA SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO



Figura 3– Tribunal Pleno do TCE-PR.

Na tabela a seguir, consta a quantificação das atividades referentes à Secretaria do Tribunal Pleno, a saber:

ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO	
Sessões de Julgamento Realizadas	11
Número de Processos Julgados	186
Número de Processos Recebidos	316
Número de Processos Expedidos	334
Despachos Processuais Diversos	54
Termo de Redistribuição de Processo	03
Certidões de Trânsito em Julgado	165
Certidões de Publicação	200

ATIVIDADES DO TRIBUNAL PLENO	
Atas de Sessão Ordinárias	11
Certidões de Sessão (retiradas de pauta, adiadas, com vista e sobrestadas)	199
Número de Processos em Atraso (mais de 90 dias)	0
Acórdãos Emitidos	174
Acórdãos de Parecer Prévio Emitidos	12
Processos Pendentes de Assinatura	0
Certidões Diversas	05
Número de Processos em Poder em 31/03/2014	111

Tabela 9 – Atividades desenvolvidas pela Secretaria do Tribunal Pleno.

4. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

4.1 GESTÃO DE PROJETOS

A gestão de projetos tem como objetivo para auxiliar o TCE-PR no cumprimento de sua missão por meio de ações coordenadas, entendidas como prioritárias e pautadas nos valores do órgão, que são extraídas dos objetivos estratégicos e que estão alinhadas ao planejamento estratégico da instituição.

O trabalho de gestão por projetos no TCE-PR tem como documento regulamentador a Instrução Normativa n.º 78/2012.

➤ PORTFÓLIO DE PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

São considerados Projetos Institucionais aqueles selecionados e priorizados pela Alta Administração, com base nas diretrizes definidas pelo Conselheiro Presidente e alinhadas ao Planejamento Estratégico do Tribunal. Os projetos que não foram selecionados para compor o portfólio são considerados projetos operacionais, podendo ser executados sob a responsabilidade da unidade demandante.

A seguir, consta a tabela com a situação de cada um dos projetos em continuidade, a saber:

PROGRAMAS	PROJETOS	STATUS
PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (sem vínculo a programas)	Projeto Sistema Atos de Pessoal (SIAP)	Em execução
	Projeto Sistema Integrado de Transferências (SIT) – Analisador - Módulo Contraditório	Concluído
	Projeto Sistema Integrado de Transferências (SIT) - Captador II - melhorias no sistema existente	Concluído
SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES – CAPTAÇÃO ELETRÔNICA DE DADOS (SEI-CED)	SEI-CED Lei N.º 6.404/76	Em execução
	SEI-CED Lei N.º 4.320/64	Em execução

Tabela 10- Situação dos Projetos Institucionais do TCE-PR em 31/03/2015.

PROJETO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS – SIT

Objeto:

Desenvolvimento de um sistema que permita a melhoria na qualidade e uma maior agilidade na análise dos processos de prestação de contas, e também permita a realização de outras atividades de fiscalização para o controle dos recursos repassados pelo poder público a outros órgãos públicos ou entidades privadas a título de transferência voluntária.

PROJETO SISTEMA ATOS DE PESSOAL – SIAP

Objeto:

Desenvolvimento de um sistema de fiscalização dos atos de pessoal sujeitos a registro, de âmbito estadual e municipal, auxiliando no aprimoramento do controle interno das entidades jurisdicionadas e disponibilizando informações necessárias para o exercício do controle social.

PROGRAMA SEI-CED

Objeto:

Projetos para captação eletrônica de dados das entidades estaduais com contabilidade regidas pela Lei nº 6.404/76 e 4.320/64 e a análise automatizada destes dados para a geração de informações que subsidiem a instrução das prestações de contas e a fiscalização exercida pelo TCE-PR.

4.2 ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO



Figura 4 - Auditório do TCE-PR.



As atividades de capacitação da Escola de Gestão Pública (EGP) estiveram voltadas, no período, tanto para o público interno (servidores) quanto para o externo (jurisdicionados), conforme se observa no quadro resumo a seguir:

QUADRO RESUMO – ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO			
AÇÕES	N.º AÇÕES	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
Programa de Capacitação - Jurisdicionado	07	1.536	49
Programa de Capacitação – Controle Social	02	69	08
Programa de Capacitação – Servidores do TCE em eventos externos	08	23	602
Programa de Capacitação – Servidores (TCE) em Eventos Internos	03	128	56
EGP Virtual	01	63	24
Participação de Servidores em Reuniões Técnicas	02	06	-
Participação de Servidores como Palestrantes	13	40	98
TOTAL	36	1.865	837

Tabela 11– Quadro resumo – atividades de capacitação.

EaD (Ensino a Distância)			
CURSO / PALESTRA / SEMINÁRIO / EVENTO	PERÍODO	PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	12 a 30 de janeiro	63	24

Tabela 12 - EaD (ensino a distância)

4.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

Durante o trimestre, o TCE-PR **empenhou** o percentual de **18,7%**; ao passo que, no mesmo período, foi **liquidado** o percentual de **16,5%**; do orçamento anual atualizado, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ORÇAMENTO ATUALIZADO X EMPENHADO X LIQUIDADO			
DESCRIÇÃO	Orçamento Atualizado para 2015 (R\$)	Empenhado no período (R\$)	Liquidado no período (R\$)
Pessoal - ativos	207.335.700,00	46.325.619,07	46.189.749,06
Pessoal - inativos	63.241.000,00	13.718.376,35	13.718.376,35
Outros Custeios	62.560.000,00	12.775.163,39	4.380.257,72
Obra	46.000.000,00	15.292,47	390,19
Equipamento	10.998.000,00	4.408,33	2.450,33
TOTAL	390.134.700,00	72.838.859,61	64.291.223,65

Tabela 13 - Orçamento atualizado X empenhado X liquidado.

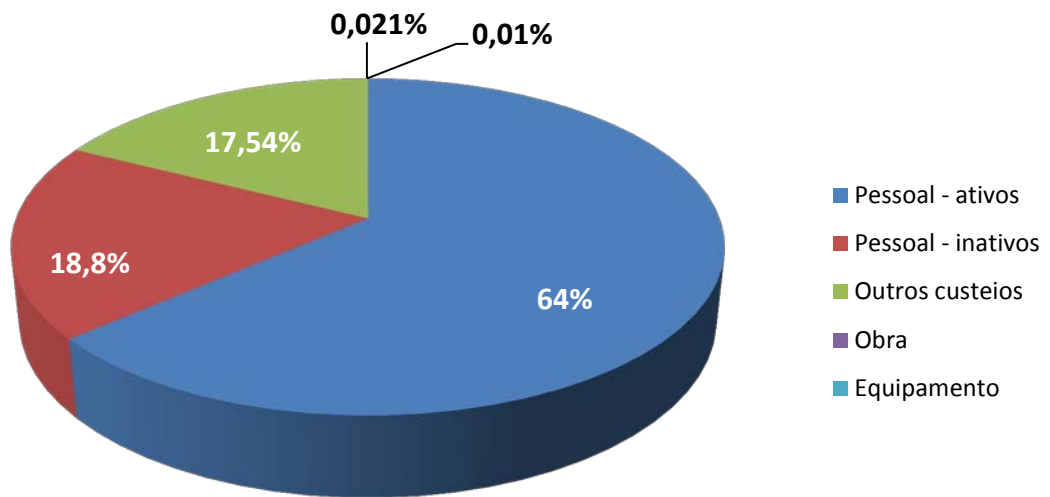
Distribuição do Orçamento Empenhado


Gráfico 16– Distribuição do orçamento empenhado

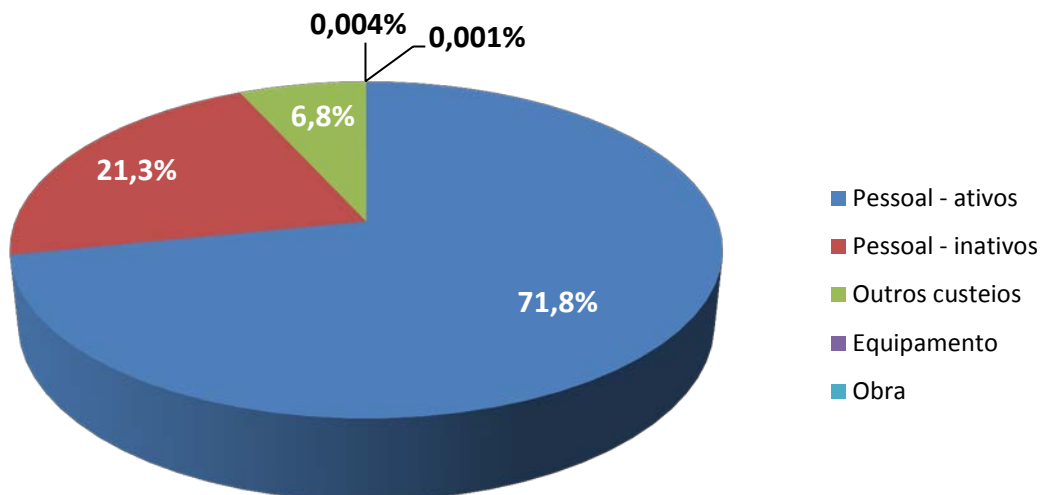
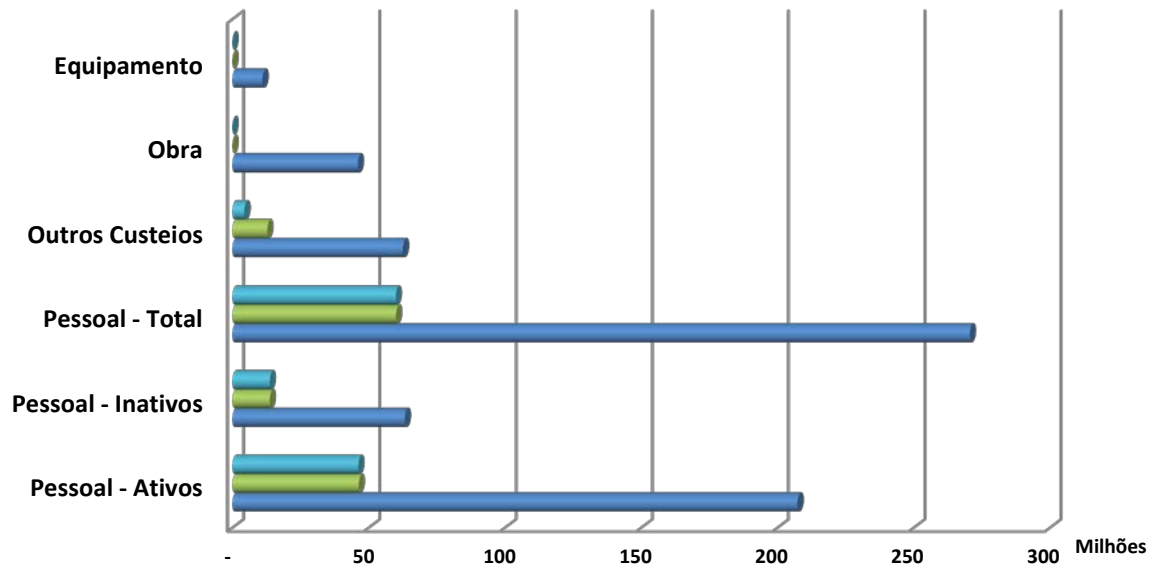
Distribuição do Orçamento Liquidado


Gráfico 17– Distribuição do orçamento liquidado.



	Pessoal - Ativos	Pessoal - Inativos	Pessoal - Total	Outros Custeios	Obra	Equipamento
■ LIQUIDADO NO 1º TRI/2015	46.189.749,06	13.718.376,35	59.908.125,41	4.380.257,72	390,19	2.450,33
■ EMPENHADO NO 1º TRI/2015	46.325.619,07	13.718.376,35	60.043.995,42	12.775.163,39	15.292,47	4.408,33
■ ORÇAMENTO ATUALIZADO	207.335.700,00	63.241.000,00	270.576.700,00	62.560.000,00	46.000.000,00	10.998.000,00

O gráfico a seguir ilustra a execução orçamentária no trimestre, considerando o valor empenhado e liquidado em comparação com o orçamento inicial atualizado.

Gráfico 18- Execução Orçamentária.

4.4 GESTÃO DE PESSOAS

➤ QUADRO DOS SERVIDORES DO TCE-PR

No final do primeiro trimestre de 2015, a composição do quadro funcional de servidores estatutários ativos, assim como as respectivas movimentações, apresentou a seguinte situação:

QUADRO DOS SERVIDORES E MOVIMENTAÇÕES	
CARGOS	1º Trimestre 2015
Nível Superior*	504
Nível Médio	108
Nível Fundamental	05
Cargos em Comissão**	116

QUADRO DOS SERVIDORES E MOVIMENTAÇÕES

Aposentadorias	01
Exonerações de cargos efetivos	-
Nomeações de cargos efetivos (concurso público)	15

Tabela 14– Quadro dos servidores e movimentações.

* Nível Superior compreende os seguintes cargos: Analista de Controle, Consultor Técnico e Consultor Jurídico.

** Alguns cargos em comissão são ocupados por servidores efetivos.

5. COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO

5.1 COMUNICAÇÃO

No período, diferentes formas de comunicação foram utilizadas pelo Tribunal para suprir as mais variadas necessidades de informações de seus diferentes clientes:

- **jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **servidores** - dados e informações de caráter funcional;
- **público externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário e sobre as e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na sequência, consta o quadro com os dados quantitativos da produção de conteúdo de comunicação no período:

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DE COMUNICAÇÃO

Itens produzidos	1º trimestre 2015
Releases para imprensa	151
Periódico eletrônico “Contando para Você”, de circulação interna	11
Boletim eletrônico “Tecer”, voltado ao público externo	05
Minuto TCE	03
Postagens em redes sociais	232
Outros:	Avisos de pauta: 08 Notas de esclarecimento: 04

Tabela 15– Produção de conteúdo – Diretoria de Comunicação Social

5.2 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS /CONVÊNIOS E CONGÊNERES

A Corte de Contas tem como meta consolidar o seu reconhecimento como agente de controle externo atuante em tempo real e próximo à sociedade, fornecendo informações necessárias para o exercício do controle social. Para isso, o Tribunal busca estabelecer possibilidades de parcerias com as entidades de classe e órgãos públicos de grande expressão, além de diferentes agentes sociais, objetivando consolidar a transparência e a eficiência no acompanhamento do uso dos recursos públicos, igualmente dos gastos e investimentos.

Durante o trimestre, o Tribunal convalidou os seguintes convênios:

PARCERIAS CONVALIDADAS – 1º TRIMESTRE DE 2015		
Processo N.º	Entidade Conveniada	Objeto
20187-2/15	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1º Termo Aditivo ao Convênio com a Caixa Econômica Federal (processo nº 74530-4/12). Tem por objeto possibilitar, via internet, o acesso às informações registradas no SINAPI — SIPCI, através do Sistema de Preços e Custos da Construção Civil doravante denominado SIPCI. Fica prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses.
21177-0/15	Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná – SINDAFEP	Termo de Cooperação para promoção e divulgação do Prêmio Gestor Público do Paraná.
898930/14	Instituto Rui Barbosa	7º Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre este Tribunal de Contas e o Instituto Rui Barbosa, para o apoio técnico e financeiro à execução do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Brasileiros (PROMOEX), com vistas à prorrogação de seu prazo de vigência até 31 de agosto de 2015.

Tabela 16– Parcerias convalidadas.

5.3 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná teve participação em eventos que envolveram diversos órgãos da Administração Pública e da iniciativa privada, representado tanto por seu Presidente como por Conselheiros, Procuradores, Auditores ou técnicos de seu corpo funcional. Foram seminários, encontros, treinamentos, conferências, visitas técnicas, reuniões e palestras que abordaram assuntos diversos: capacitação de jurisdicionado, audiências públicas, fóruns, reuniões técnicas, encontros técnicos, conferências de controle externo, congressos de gestores, qualificação de servidores, capacitação de jurisdicionados, posses, entre outros.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º TRIMESTRE DE 2015	
EVENTO	CIDADE
JANEIRO	
REUNIÃO DE TRABALHO	FORTALEZA/CE
FEVEREIRO	
POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS PARA O EXERCÍCIO 2015/2016 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SÃO PAULO/SP
ASSEMBLEIA GERAL E REUNIÃO DE DIRETORIA DO IRB	BELO HORIZONTE/MG
MARÇO	
I SEMANA CONTÁBIL E FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	BRASÍLIA/DF
CONFERÊNCIA GARTNER DATA CENTER, INFRAESTRUTURA E OPERAÇÕES DE TI 2015	SÃO PAULO/SP
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	MARINGÁ/PR
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	LONDRINA/PR
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES GERAIS DE CONTAS	BRASÍLIA/DF
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	FOZ DO IGUAÇU/PR
SEMINÁRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS “PROBLEMAS E SOLUÇÕES”	FRANCISCO BELTRÃO/PR
IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CONTABILIDADE PÚBLICA	BELO HORIZONTE/MG

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º TRIMESTRE DE 2015

DELL COMPELLENTE ADMINISTRATOR AND ADVANCED MANAGEMENT TRAINING PACK (TREINAMENTO NA ÁREA DE TI)	SÃO PAULO/SP
I SEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ – AMOP	CASCADEL/PR
AUDITORIA DA RECEITA	VITÓRIA/ES
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL – IEGM	SÃO PAULO/SP

Tabela 17– Representação Institucional.

6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

6.1 ORGANOGRAMA DO TCE-PR

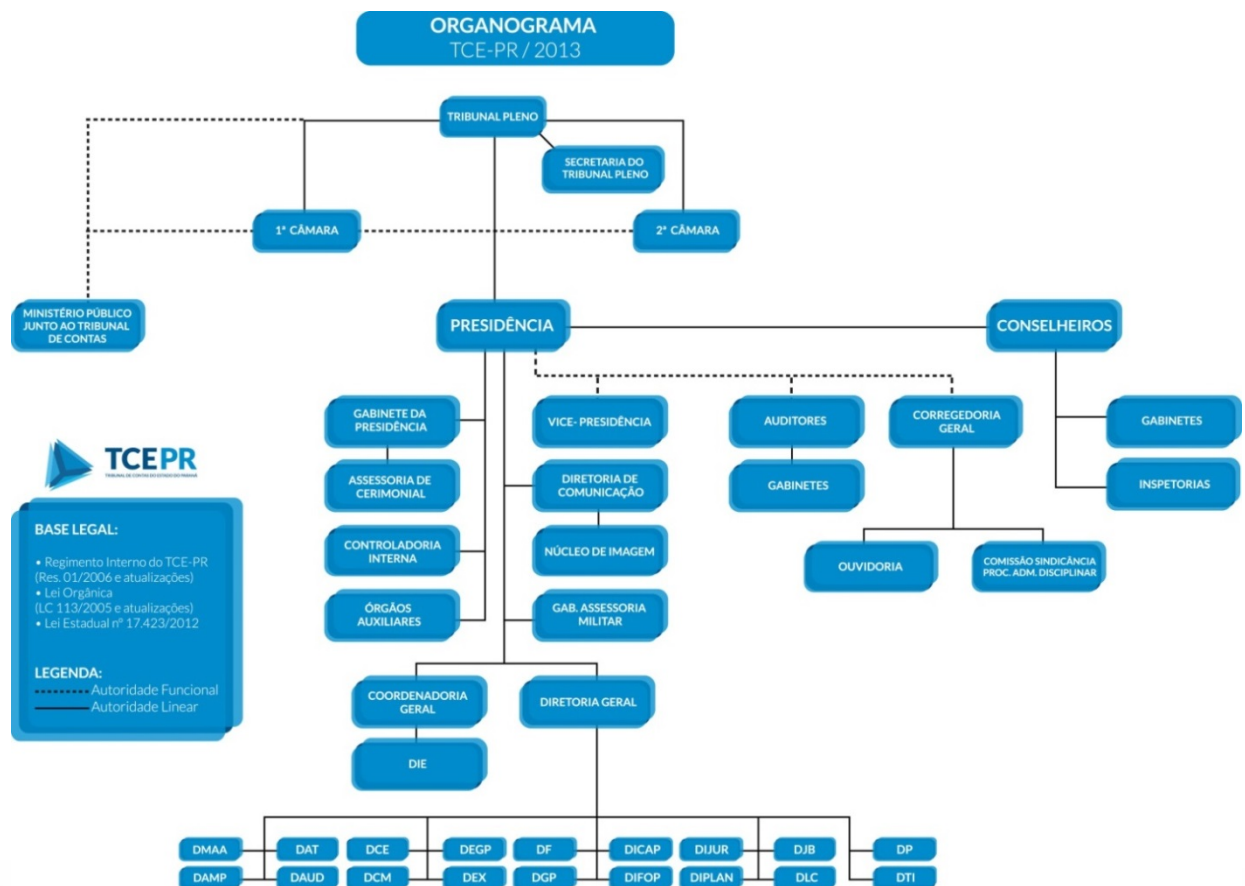


Figura 5 – Organograma do TCE-PR.

6.2. FONTES DE INFORMAÇÕES

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Portal na internet disponível em www.tce.pr.gov.br

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Informações internas de cada unidade do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dados do Sistema de Trâmite do TCE-PR.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Relatório Planejamento 2013/2014.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Plano Anual de Fiscalização 2013.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Regimento Interno do TCE-PR (Res. 01/2006 e atualizações).

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Lei Orgânica do TCE-PR (Lei Complementar nº 113/2005 e atualizações).



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ